

# O estudo de Centros Históricos: em busca de uma metodologia apropriada \*

## 1 — INTRODUÇÃO

Há tempos vem o Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB), órgão da Faculdade de Arquitetura da UFBA, debatendo sobre a necessidade de se proceder a estudos das nossas cidades históricas mais importantes, através da elaboração de programas de investigações e visando à valorização de seus núcleos históricos e partes mais significativas. Tais estudos devem considerar, apropriadamente, critérios de valores não somente urbanísticos e arquitetônicos, mas também econômicos, sociais, históricos e outros, envolvidos no processo de formação e desenvolvimento de cidades e regiões.

Existe já, entre nós, plena consciência dos erros cometidos nos campos do Urbanismo e da Arquitetura, seja com a destruição ou

completa alteração de ambientes urbanos tradicionais, seja pelo seu abandono a uma crescente e às vezes irreversível deterioração. O fato de já termos alcançado este estágio de identificação dos erros pretéritos de forma consciente, inclusive procurando-se chamar a atenção da opinião pública e dos estudiosos no sentido de uma tomada de posição acerca do problema — conservação de centros históricos —, significa ainda muito pouco em relação à magna tarefa de preservar e valorizar o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil.

No momento atual, quando algumas corajosas realizações permitem que se passe à avaliação correta dos fatos citados — sobre os quais existe uma unanimidade de consentimentos e a concordância de muitos responsáveis pela gestão de órgãos públicos sobre a oportunidade de uma política cultural objetiva e eficaz —, é notório o contraste entre a aceitação teórica e a formulação prática em nível de *Projetos* executáveis, do que resultam dificuldades, às vezes de difícil transposição, na formulação de pontos básicos em estudos de tal natureza. Vejamos essas dificuldades:

- 1 — Como programar o trabalho, em suas diversas fases?
- 2 — Quais os mais adequados mecanismos instrumentais a empregar?
- 3 — Como determinar as técnicas mais apropriadas?
- 4 — Onde recrutar recursos humanos, qualitativa e quantitativamente capazes para serviços de tal envergadura e responsabilidade?
- 5 — Onde e como captar recursos financeiros, indispensáveis a semelhantes programas?

Tendo em vista essas considerações, o CEAB julgou oportuna a realização de um trabalho visando estudar o que se tem feito a respeito de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos, a fim de propiciar meios objetivos ao encaminhamento do relevante tema. É este estudo, sob forma resumida, que é aqui apresentado, em busca de contribuições para o aperfeiçoamento do tema. Este, naturalmente, julgamos da maior importância na defesa do imenso patrimônio de bens culturais da América Latina, para cujo correto encaminhamento é grande a responsabilidade das escolas e faculdades de Arquitetura da América Latina.

## 2 — EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA

Não existe ainda, que saibamos, um consenso unânime sobre qual deve ser a metodologia mais conveniente para a abordagem de estudos relativos à valorização de centros históricos. Carecemos, também, de unidade de linguagem no trato de tão importante assunto, que possibilite um intercâmbio frutífero, e faltam-nos crité-

rios e normas objetivas que substituam as usuais escolhas subjetivas e dúbias.

É óbvio que se precisa sempre, como passo inicial, fixar o objetivo que se tem em vista com clareza e precisão suficientes, quando se tiver de agir no âmbito dos centros históricos. Uma vez determinados os fins, compete decidir quais os meios adequados para alcançá-los.

No propósito de verificar algumas das recentes experiências sobre o nosso tema, estudamos exemplos europeu, latino-americano e brasileiro.

2.1 — UMA EXPERIÊNCIA ITALIANA — Os italianos se dedicam a esses estudos desde muito tempo e, por isso mesmo, já alcançaram uma maturidade que nós, brasileiros, estamos longe de atingir. É válida, portanto, a busca de sua experiência no trato de tais assuntos.

Entre os estudiosos italianos cuja atuação é do nosso conhecimento, destacamos, no presente ensaio, a Piero Samperi, que sentiu a necessidade de uma conveniente sistematização e racionalização dos estudos relativos a *Una metodologia operativa per il Centro Storico*. No número 3 da conceituada revista *Urbanistica Romana*, Samperi propôs que se enfrentasse o importante tema do centro histórico por intermédio de um *studio unitario*, com o fim de definir as funções de todo o complexo, inclusive como elemento básico de uma nova organização da cidade, antes de se passar à elaboração do plano detalhado de valorização ambiental. No âmbito do Instituto della Facoltà di Ingegneria e di Architettura dell'Università di Roma, foram realizadas pesquisas a partir de 1962. Mais tarde, uma equipe dirigida por Sergio Bonamico, Graziela Molfetta e Tommaso Poru, contando com a colaboração especializada de Mario Figà-Talamanca (Estatística), Giuseppe Furutano (Jurídica), Paola Hoffmann (História) e Corrado Venanzi (Histórico-Técnica), levou a efeito magnífico estudo intitulado *Studio metodologico propedeutico ad un restauro conservativo nel Centro Storico* (1). Esse estudo serve de base a esta parte de nosso estudo.

O tipo de trabalho a se empreender nos centros cívicos deverá conduzir à preparação de um plano, intermediário entre o Plano Diretor — que estabelece os conceitos fundamentais, as proposições básicas para todo o trabalho posterior de melhoramento e revalorização dos centros históricos no contexto mais vasto da cidade — e os Planos Particulares, limitados em suas dimensões e na possibilidade de correta aplicação de tais premissas.

Piero Samperi (*Urbanistica Romana*, n.º 3) apresentou as li-

nhas gerais de um programa para a primeira fase dos estudos relativos à valorização de centros históricos, a saber:

I — Um *primeiro campo de estudo*, de caráter histórico-cultural, que deve ter por fim o conhecimento dos lugares em que se deverá trabalhar (nas suas características e peso urbanístico-constructivos de hoje), através do estudo da evolução do sítio, com a reconstituição das fases de desenvolvimento que configuram os ambientes até o seu aspecto atual; a individualização dos sucessivos períodos constructivos, com as transformações operadas. Este trabalho deve ser executado tendo como base a documentação existente e, onde necessário, executando-se levantamento cadastral e das estruturas existentes;

II — Uma *segunda linha de investigação* deve considerar o *componente dinâmico das zonas de interesse histórico-monumental*, isto é, a população que as habita, estudando-se os seus perfis e fatores característicos de distribuição e densidade, de tipo e composição, de estrutura e atividade;

III — A *terceira direção da pesquisa* tem caráter essencialmente *jurídico-econômico* e deve esclarecer, em termos econômicos, quais as situações existentes; avaliar as possibilidades que podem resultar das obras de restauração, sua viabilidade, portanto, e determinar quais os recursos financeiros exigidos pelos projetos em estudo, estabelecendo a correta proporção entre o valor real das obras e a rentabilidade econômico-social delas resultante, tendo-se na devida conta a importância arquitetônico-ambiental como fator a ser devidamente considerado, no curso de tais avaliações. Os meios jurídicos e as conseqüências que possam surgir de sua aplicação devem ser estudados, seja do ponto de vista do plano urbanístico-constructivo, seja no que concerne às possibilidades de financiamento dos projetos.

É de importância fundamental o ângulo jurídico-econômico nos trabalhos de valorização de centros históricos, pois o mesmo, freqüentemente, condiciona todos os demais e, em suma, possibilita ou torna impraticáveis as soluções urbanístico-arquitetônicas mais brilhantes, sendo o mecanismo que permite transformar em realidade a intenção, tornando possíveis, de existência física real, os planos de restauração e valorização dos antigos núcleos urbanos.

Vejamos, agora, qual a metodologia aconselhada pelos autores citados, para o estudo de Zonas ou Centros Históricos.

Realizamos um grande esforço no sentido de reduzir a um quadro sinóptico toda a vasta, clara e precisa matéria exposta no magnífico estudo de Bonamico, Molfetta e Poru. Temos a certeza, porém, de que somente conhecimento do notável trabalho pode dar a verdadeira noção de sua alta importância para a correta

compreensão do tema em estudo. Eis aqui, todavia, o resumo dos principais tópicos proficientemente versados na monografia:

2.1.1. — *Estudo do Centro Histórico*

- .1 — Resenha Histórica da Formação e Desenvolvimento do Centro e seu Ambiente (Zona — Quarteirões — Região, etc.)
- .2 — Estado Atual
  - .2.1 — Aspectos Analíticos e Considerações Gerais sobre a Zona (Área — Região) e seus quarteirões
    - .2.1.1 — Situação presente da área, do ponto de vista administrativo
    - .2.1.2 — Viação. Sistema Viário
    - .2.1.3 — Condições Higiênicas, Estruturais e de Ocupação
    - .2.1.4 — População
    - .2.1.5 — Trabalho e Deslocamento
    - .2.1.6 — Caracterização e Distribuição da Propriedade. Tipo de Propriedade e de sua Ocupação
    - .2.1.7 — Nível Econômico da Propriedade
    - .2.1.8 — Valor dos Imóveis
    - .2.1.9 — Atividades: Estudo da destinação dos cômodos no que concerne à sua utilização: Habitação; Escritório; Determinação de uso dos andares térreos
  - .3 — Considerações jurídicas sobre os instrumentos Urbanísticos e Financeiros, para a adequada Intervenção.

Tal estudo deverá ser fartamente ilustrado com desenhos, fotografias, tabelas e outros meios convenientes de representação gráfica relativos aos fenômenos examinados, em perfeita conjugação com o texto, permitindo clara percepção do leitor.

Quanto aos desenhos, entre outros, devem ser citados os seguintes:

1 — Plantas de conjunto e de detalhes, incluindo plantas do pavimento térreo de cada quarteirão estudado; 2 — Plantas dos quarteirões em diversas cotas, de sorte a facilitar o trabalho de projeto restaurativo; 3 — Fachadas dos conjuntos de casas voltadas para cada uma das ruas limítrofes da quadra estudada; 4 — Planta do quarteirão, com datação — certa ou provável — da construção dos diversos elementos do conjunto; 5 — Plantas da área em estudo, em diversas épocas; 6 — Desenho classificando os valores arquitetônicos e ambientais; 7 — Estado de conservação e consistência edilícia; 8 — Destino dos cômodos; 9 — Tipo de propriedade, e outros.

Acreditamos que somente a partir da realização de estudos como os indicados e de sua correta avaliação crítica é que se deverá passar à etapa de formulação de projetos específicos, que devem considerar os valores artísticos e históricos presentes nos ambientes estudados, dentro de uma determinação da efetiva vocação dos locais, de modo a possibilitar adequada sistematização, no que concerne às suas características monumentais. Só então é que se poderá indicar, delimitar e classificar os diversos elementos componentes a serem conservados, restaurados, valorizados e apropriadamente utilizados.

Do exposto, verifica-se que qualquer programa operativo para o estudo de um Centro Histórico desenvolve-se em 2 (duas) fases bem distintas, a saber:

*Primeira, em nível urbanístico*, tendo-se em vista a determinação, através de acurado exame, das funções que o Centro, considerado no sentido global, deve satisfazer em relação a todo o organismo urbano;

*Segunda, em nível arquitetônico e ambiental*, voltada para as mais precisas elaborações de normas relativas às sucessivas intervenções construtivas.

Como é óbvio, cabem principalmente ao Poder Público as providências e operações da primeira fase, que podem ser devidamente programadas no tempo. Desnecessário se torna sublinhar a importância e urgência de resolver-se, convenientemente e com presteza, as tarefas indicadas, sem o que todo o processo subsequente ficará prejudicado e, possivelmente, muito dificultado.

A precisa definição da zona a ser estudada, que não deverá ser necessariamente rígida, constitui o primeiro objetivo. O que, por fim, vigará no plano final não é tanto a presença de particulares elementos históricos e monumentais, embora estes sejam muito importantes, mas a configuração de um complexo unitário que, no conjunto de seus caracteres tradicionais, se qualifique dentro dos postulados visados no Plano Diretor em relação ao quadro mais amplo do organismo urbano.

2.2 – UM EXEMPLO LATINO-AMERICANO – Como vimos, para o conveniente tratamento de trabalhos da natureza do que nos ocupa aqui, há que atentar para o que se está fazendo em outras partes, sobre o mesmo assunto.

Assim, pois, em seguida ao estudo italiano, vejamos um latino-americano.

No momento, encontra-se em execução, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, um projeto de valorização "con critério integral de los valores no solamente urbanístico y arquitectó-

nicos, sino también de los que constituyeron la planificación del desarrollo físico de la ciudad" (2) .

Os responsáveis por esse projeto são os arquitetos Eugênio Perez Montas, Coot e Gautier.

O Arquiteto Perez Montas, em trabalho intitulado *La Ciudad Colonial*, descreve "los objetivos y método de este plan de restauración, que indudablemente tendrá efectos económicos, por su interés turístico y que vale la pena de que sea conocido en otros lugares de América que también poseen la riqueza urbanística de Santo Domingo, sobre las cuales habria de hacer algo parecido" (3) .

Na parte concernente à descrição do projeto, o autor considera que dois são os aspectos fundamentais a desenvolver:

- 1 - Estudo do que existe, ou Inventário;
- 2 - Recomendações do que se pode fazer com os recursos existentes e forma de realização.

O *Plano de trabalho* propriamente dito está assim concebido:

- A - Formulação clara das hipóteses e princípios a serem seguidos no projeto.
- B - Análise e inventário de obras:
  - B1 - Os grandes Monumentos;
  - B2 - As edificações civis;
  - B3 - Os ambientes e sítios;
  - B4 - O Centro Histórico.
- C - Definição de tipologias, para fins de diferenciação e estabelecimento de prioridades.
- D - Ante-projeto de recuperação da Cidade Antiga:
  - D1 - Plano Físico Geral, com determinação de usos dos espaços;
  - D2 - Legislação necessária;
  - D3 - Prioridades para a ação executiva.
- E - Considerações para o financiamento do plano e respectiva Assistência Técnica:
  - E1 - Possibilidades de financiamento;
  - E2 - Participação de organismos internacionais e estrangeiros.
- F - Participação do Setor Privado.
- G - Projetos específicos a serem contemplados inicialmente, de acordo com o plano e as prioridades estabelecidas.

No curso de suas doutas considerações, aduz com propriedade o Arquiteto Perez Montas:

"Todas las fases del plan exigirán la participación de muchas personas y instituciones de manera que los resultados que se vayan

obteniendo, y lo que es más importante, las recomendaciones, sean el producto de un consenso de opiniones pulidas por la discusión y sostenidas por un acuerdo general.

“Será necesario abrir un diálogo con la comunidad interesada, a fin de recoger las ideas del mayor número de personas posibles en relación con cada paso que se vaya dando, al mismo tiempo que se muestran los resultados.

“El presente proyecto corre el peligro de quedarse en el papel si no se analizan y sugieren posibilidades de financiamiento y asistencia, de manera que pueda de inmediato iniciarse una labor sistemática respaldada con recursos financieros. Por esto, el punto E del plan consiste en las consideraciones económicas relativas y las posibilidades de asistencia de parte de instituciones nacionales y internacionales”.

Quando da execução do inventário do cadastro de obras, em cuja oportunidade se ordenarão e tipolizarão os monumentos, é necessário atentar para as seguintes características:

a) Históricas; b) Artísticas; c) Urbanas; d) Estado de Conservação; e) Uso Atual; f) Propriedade, e outras.

O inventário deverá abranger, ainda, os ambientes e sítios que sejam de particular interesse na totalidade urbana, por serem de capital importância em tais projetos.

Levado a efeito com o devido cuidado, esse inventário será analisado e criticado conscienciosamente, de sorte a possibilitar a elaboração das diretrizes do desejado anteprojeto de valorização e a criação dos instrumentos legais pertinentes que o acompanham, sem cuja adequada formulação carecem de efetividade as melhores proposições de ordem urbanística ou arquitetônica.

2.3 — O CASO BRASILEIRO — No Brasil, os estudos da ordem dos aqui tratados são muito recentes. Afora tentativas anteriores de relativa importância, sobre algumas cidades convertidas em Monumentos Nacionais — Ouro Preto e Alcântara, por exemplo — só há pouco tempo foi que surgiu a valiosa contribuição do Arquiteto Frederic Limburg Stirum para Parati e posteriormente Paranaguá, mas todos sem o caráter de um projeto amplo como os aqui tratados.

2.3.1 — *O Projeto Pelourinho* — Coube ao Estado da Bahia, na sua capital, a *Cidade do Salvador*, sede do governo brasileiro de 1549 a 1763, a prioridade de medidas destinadas à efetivação do *Primeiro Projeto* de interesse mais amplo, objetivando a valorização de um trecho dos mais significativos da célula mater da nacionalidade, o chamado *Projeto Pelourinho*, na parte mais antiga da cidade, o *Bairro da Sé* e de *Santo Antônio*, tendo como foco prin-



cipal o quadricentenário *Terreiro de Jesus*, centro cultural e religioso da cidade.

O projeto em exame deve-se à iniciativa do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*, ainda na benemérita administração *Rodrigo Melo Franco de Andrade*, ao acertar com a UNESCO a vinda de uma sua Missão ao Brasil, confiada ao ilustre Michel Parent com a finalidade de estudar e sugerir medidas destinadas à "*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*". Em seu Relatório, o douto Michel Parent considerou Salvador "a primeira cidade de arte do Brasil" e fez, entre outras, as seguintes recomendações sobre o Pelourinho:

- 1 — Determinação da zona de renovação geral do bairro do Pelourinho, que seria tratado da seguinte forma:
  - 1.1 — Infra-estrutura geral (água, esgoto, eletricidade, telefone e repavimentação);
  - 1.2 — Aquisição de 30 casas no *cuore* do conjunto, isto é, Praça do Pelourinho;
  - 1.3 — Restauração destas 30 casas, sob a orientação do IPHAN;
  - 1.4 — Destinação destas casas a uso comercial, turístico e residencial;
  - 1.5 — Criação de uma Fundação Pública para atuar em toda a área, inclusive no que concerne à administração dos bens e do patrimônio;
  - 1.6 — Repetir as operações anteriores, nas demais áreas da zona" (4).

Parent sugeriu, ainda, que se realizasse um inquérito com as seguintes finalidades:

1 — Delimitação da zona de proteção a mais ampla. O levantamento dos imóveis deveria ser feito a partir de uma primeira investigação descritiva, para a qual forneceu o enviado da UNESCO um modelo de ficha individual para cada casa, considerando os seguintes elementos a serem detectados:

- a) croquis sumários das fachadas e plantas dos pavimentos;
- b) sobre o desenho da fachada, indicar o que se encontra no estado antigo e o que foi modificado;
- c) descrição do estado atual, compreendendo: estado geral, modificações recentes, reconstituições a serem feitas, possibilidades de remanejamentos e transformações;
- d) a descrição arqueológica: época; utilização original; pessoas conhecidas que habitaram a casa; caracteres: fachada, compreendendo janelas e revestimento (cor); interior, indicando: existente, elementos interessantes e desaparecidos; cobertura; desobstruções; terraços e jardim; obser-

vações particulares; referências fotográficas e bibliográficas; referências ou plantas com as seguintes informações: rua, nome atual, nome antigo, número e proprietário.

2 — A ficha anterior devia ser completada com levantamento fotográfico tão amplo quanto fosse possível.

Depois da partida de Michel Parent, foram tomadas as seguintes providências pelas autoridades brasileiras responsáveis pelo Projeto:

1 — O *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) mandou proceder ao levantamento das casas situadas na Praça José de Alencar (Largo do Pelourinho), sob a direção do Arquiteto Paulo de Azevedo;

2 — O *Governo do Estado da Bahia* criou a Fundação Pública sugerida para atuar na área, inclusive no que concerne à administração dos bens, sendo organizada a *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia*, em fevereiro de 1968;

3 — Realização do *Levantamento sócio-econômico do Pelourinho*, sob a orientação do Prof. Vivaldo Costa Lima. Esta pesquisa, no dizer de seu autor, "orientou-se para um levantamento exaustivo da população estável na zona; suas condições de moradia; estrutura familiar; situação profissional e econômica e ainda certas atitudes com referência a uma possível reformulação de seus projetos existenciais";

4 — No ensejo da apresentação de uma *Carta de Intenção* da Fundação a ser apresentada na reunião da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos de novembro de 1968, em cuja oportunidade o *Projeto Pelourinho* figurou entre as reivindicações brasileiras, houve necessidade da montagem de um projeto inicial para cuja organização colaboraram o IPHAN, a Fundação do Pelourinho e o Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

Do trabalho então apresentado e já divulgado, coube ao IPHAN a preparação do *Capítulo II* relativo à *Síntese das Idéias Básicas de Recuperação da Área do Pelourinho*; à Fundação o *Capítulo III* referente aos *Estudos Sócio-Econômicos* e ao Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia os *Capítulos I — A Proponente* e *4 — Programação*, cujos tópicos apresentamos a seguir:

4 — Programação

4.1 — Limites e configuração da área: evolução do setor, na cidade;

4.2 — Plano de renovação: plano-piloto de renovação do Pelourinho e determinação da zona de valorização;

4.3 — Obras e serviços: infra-estrutura geral do conjunto; participação do IPHAN; Obras: 1 — Mapa Básico; 2 — Obras

da Etapa I; 3 – Indicações relativas ao programa de obras da Etapa II;

4.4 – Programa de inversões – Etapa I: Elaboração de projetos; indicações sobre alguns aspectos das obras a executar; pré-orçamento (previsão) preliminar das inversões;

4.5 – Projetos, Administração, Fiscalização e outros dispêndios;

4.6 – Resumo das obras programadas.

2.3.1.1 – *Objetivos Básicos do Projeto* – De modo geral, os objetivos básicos do Projeto Pelourinho são os seguintes:

1 – Recuperação e valorização de cada uma das unidades arquitetônicas do conjunto, segundo sua ordem de importância específica e eventuais conveniências de execução dos serviços;

2 – Agenciamento das ruas e praças integrantes do conjunto, para que, sem prejuízo da vida orgânica da cidade, antes completando-se, possam aqueles logradouros voltar ao seu aspecto tradicional, beneficiando-se de novas atividades condizentes com o seu estado de recuperação;

3 – No procedimento, em todas as casas, de modo a não perder-se de vista as características sócio-econômicas do conjunto a restaurar, cujos problemas necessitam de soluções específicas e adequadas, mesmo no sentido de que a população fixa e flutuante venha a ser elemento indispensável à preservação do que se tem em vista valorizar.

2.3.1.2 – *Participação da UNESCO* – Além da Missão Parent, a UNESCO enviou à Cidade do Salvador, em fins de 1963, os Arquitetos-Planejadores Shaankland e Walton, com a finalidade de estudarem a viabilidade do *Projeto Pelourinho*. O Relatório dos mesmos, intitulado *Brazil – São Salvador de Todos os Santos – Town Planning Conservation and Tourism. A Report to UNESCO*, divulgado em 1969, cujo conhecimento é de grande importância.

2.3.1.3 – *A Contribuição da OEA* – A Organização dos Estados Americanos também está interessada no *Projeto*, através de seu setor de Assuntos Culturais. Diversos especialistas da OEA já visitaram Salvador para discussão do Plano.

2.3.1.4 – *Convênio com a Universidade (CEAB)* – Em fins de 1969 foi firmado convênio entre a Universidade Federal da Bahia, representada pelo (CEAB), e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, para o levantamento cadastral das fachadas voltadas para as vias públicas incluídas nas duas primeiras etapas do *Projeto Pelourinho*, serviço este realizado com a participação de professores e alunos de Arquitetura e terminado em 1970.

2.3.1.5 — *Projetos Executivos* — De posse dos levantamentos anteriores, o Arquiteto Fernando Machado Leal, Assessor Técnico do Projeto, passa a elaborar os Projetos de Restauração dos diversos prédios, submetendo-os à aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura.

2.3.1.6 — *Obras em Execução* — Dando cumprimento ao cronograma do *Projeto Pelourinho*, encontra-se em execução a 1ª. Etapa, correspondente à valorização ambiental da Praça do Pelourinho, cujo canteiro de obras, no presente momento, acha-se em grande atividade.

É o *Projeto Pelourinho*, como se verifica, a primeira experiência brasileira em termos de projeto de valorização de vasta área histórica da época colonial, que atinge a fase de execução de obras, visando recuperar e revitalizar um setor da maior importância da Cidade do Salvador, primeira capital do Brasil.

### 3 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de passar em revista, mesmo de modo sucinto, três experiências em busca de uma metodologia aplicável à valorização de centros e áreas de cidades históricas, podemos aduzir algumas considerações de ordem geral, a saber:

1 — Qualquer decisão a ser tomada, no concernente aos estudos indicados, só deverá ser feita através de *órgãos públicos*, que deverão ter ampla participação em tais projetos, em termos de uma conveniente e consciente coordenação entre estudiosos e governo, sem o que nada de objetivo se fará, pois o alheamento dos organismos do setor público invalidará o esforço programático, por melhor elaborado que seja;

2 — O *aspecto financeiro* é da maior importância, pois, a menos que ao lado dos trabalhos técnicos se elaborem e aprovelem os estudos de viabilidade financeira, nada de concreto será executado e os projetos ficarão no papel. Portanto, as considerações relativas às possibilidades de assistência no setor, por parte de organismos internacionais e nacionais, são da maior relevância;

3 — O *aspecto institucional do Projeto*, ou seja, o referente ao órgão responsável pela sua execução, é, igualmente, muito relevante, seja na fase de estudos e pesquisas, seja na de elaboração do plano, seja, ainda, na de sua implantação.

### 4 — O PAPEL DA UNIVERSIDADE

A pesquisa sistemática é, todos sabemos, atividade precípua e característica da *Universidade*, razão pela qual consideramos funda-

mental a sua participação na investigação séria e continuada no campo da valorização de bens culturais.

Tendo-se em vista a vastidão territorial da América Latina, a escassez de recursos, o quase completo isolamento em que vivem suas Universidades, a inadiável urgência de incrementar programas de pesquisa do nosso valioso e opulento patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural, julgamos fundamental a necessidade da criação de condições que permitam a troca de informações, experiências, publicações, docentes e discentes.

Nas diversas escolas e faculdades de Arquitetura do Continente, existem Centros dedicados a investigações sérias e sistemáticas das diferentes modalidades da atividade profissional do Arquiteto.

Esses diferentes órgãos de pesquisa, no campo de estudo do patrimônio cultural da América Latina, deveriam constituir um sistema — digamos assim — sob a égide da CLEFA, com o que se teria, através de um adequado mecanismo de intercâmbio, a possibilidade da permuta das experiências metodológicas e da documentação pertinente, ao lado da desejável realização de encontros dos investigadores, quando das reuniões periódicas da CLEFA, com o que se alcançaria maior e melhor entendimento e uma mais adequada e conveniente troca de impressões acerca dos estudos e pesquisas em andamento.

Formar-se-ia, assim, uma rede interamericana de órgãos dedicados à investigação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural da América, cobrindo parte apreciável do território continental. Em tais centros, o estudante seria iniciado na pesquisa, conhecimento, análise e divulgação dos bens de interesse cultural, adquirindo tirocínio nos campos teórico e prático, inclusive através do estágio remunerado, que já vem funcionando com pleno êxito.

Há que estabelecer prioridades, escolhendo os assuntos que deverão constituir matéria prioritária, caso as idéias aqui expostas venham a merecer acolhida favorável dos doutos que aqui se reúnem e que, por certo, contribuirão com as luzes de seu saber para o conveniente encaminhamento do que se expôs, pois só assim o presente ensaio cumprirá o seu único propósito, que é possibilitar essa participação.

*AMÉRICO SIMAS FILHO \**

• Estudo apresentado em Maracaibo, Venezuela, na VI CLEFA (Conferência Latino-Americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura), em fevereiro de 1972.

1 Cf. *Capitolium*. Roma, (9-10): 5-38, set.-out., 1966; Quaderno 6 de Urbanística Romana.

2 Montas, Eugenio Perez — La Ciudad Colonial. In: *Revista de la Sociedad Inter-americana de Planificación* (Journal of the Interamerican — Planning Society), 1 (1): 38, mar./67.

3 Idem, idem, p. 38-40.

4 Parent, M. — *Protection et mise-en-valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris, UNESCO, 1968. p. 51.